

LDO chega hoje ao Congresso, com novidades

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, cumprindo-se assim o prazo determinado na Constituição. Algumas novidades são esperadas no texto que o Congresso aguarda. Uma delas é a fixação de limite para a arrecadação administrada pela Receita Federal, provavelmente de 16% do produto interno bruto (PIB), como chegou a ser anunciado esta semana pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, durante evento em Belo Horizonte.

Além desse compromisso em não elevar a carga tributária federal acima da média dos últimos quatro anos (que excetua a arrecadação da Previdência Social e receitas próprias de alguns órgãos públicos), o projeto da LDO poderá trazer um teto para o superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento de juros da dívida pública), agora que o acordo com o FMI, que estabeleceu meta de 4,5% do PIB ao final de 2004, não será renovado.

Outra novidade poderá agrupar ações do governo, sem o seu detalhamento, no anexo de metas e prioridades da LDO, o que evitaria cobranças do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o descumprimento dessas ações na execução da lei orçamentária.



"Vamos ter que rejeitar as medidas provisórias quando elas não forem entendidas como relevantes e urgentes"

- Renan Calheiros, presidente do Senado

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Impasse mantém pauta bloqueada

Falta de acordo adia votação da MP que trata de recursos de entidades desportivas e prorroga prazo para desarmamento

Depois de comunicar o adiamento da votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, apelou em favor da construção de um acordo que ponha fim à paralisia do processo de

votações na Casa. Quanto ao que fazer com as medidas provisórias, Renan esclareceu que não é possível simplesmente devolvê-las, mas rejeitar aquelas que não atendam às exigências

constitucionais de urgência e relevância. Recomendou mais critério ao governo na edição das MPs e ao Congresso na aprovação dos critérios de admissibilidade.

Página 3

CPI da Terra visita área de litígio em Rondônia

Os conflitos de terra em Rondônia foram alvo da CPI da Terra, cujos integrantes visitaram ontem uma área em litígio - a fazenda Urupá, com 130 mil hectares, a 50 quilô-

metros de Porto Velho. Os parlamentares tomaram vários depoimentos na Assembléia Legislativa. Um dos depoentes denunciou a existência de escravidão em fazendas do estado.

Página 7



PROVIDÊNCIAS Entre Thelma de Oliveira (E) e Maria do Rosário, Patrícia Saboya diz que sociedade cobra atuação do Congresso nas denúncias

Patrícia preside nova comissão contra a exploração sexual

Parlamentares que dirigiram CPI da Exploração Sexual comandam, agora,

comissão mista encarregada de acompanhar desdobramentos das denúncias.

Página 6



Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Rodolpho Tourinho e Romeu Tuma preparam-se para participar da reunião da Comissão de Relações Exteriores que discutiu a situação das tropas brasileiras no Haiti e a indicação de embaixadores.

Página 7

Ministro terá de explicar normas sobre internação

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou requerimento para discutir com o ministro da Saúde, Humberto Costa, em audiência na próxima terça-feira, as novas regras de ingresso e permanência de pacientes em unidades de tratamento intensivo (UTIs). O assunto

foi debatido por vários senadores que participaram da reunião de ontem da comissão. A vice-líder do governo, Ideli Salvatti, negou intenção do Ministério da Saúde de retirar dos médicos a decisão de escolher os doentes a serem internados nas UTIs.

Página 5



ALERTA Delimitação da área de Raposa/Serra do Sol pode gerar desemprego, adverte Augusto

Demarcação quebra Roraima, afirma Augusto

O presidente Lula precisa conversar com representantes de Roraima antes de fazer a demarcação oficial da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. A cobrança foi feita ontem pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), ao lembrar que o presidente havia se comprometido a dialogar com a bancada do estado sobre o assunto.

O parlamentar explicou que as terras em demarcação atingem áreas ocupadas por pequenos produtores de arroz, a principal atividade econômica local. Para ele, caso haja a demarcação, o estado terá grande prejuízo, já que, no ano passado, foram arrecadados R\$ 250 milhões com a produção de cem mil toneladas de arroz.

– Se for como querem as organizações não-governamentais, o meu estado vai quebrar, pois a demarcação vai desestruturar sua principal atividade econômica e acabar com 6 mil empregos – afirmou.

Augusto Botelho também condenou a retirada da representação de 300 mil médicos do Conselho Nacional de Saúde. Esses médicos seriam incluídos no Fórum dos Trabalhadores da Saúde, entidade que, disse ele, ainda nem é regulamentada.

Tuma defende reajuste salarial para os militares

■ Ao cortar os recursos previstos, observa senador, o governo descumpe promessa do presidente Lula

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem o reajuste salarial dos militares cortado do Orçamento da União deste ano, segundo ele em descumprimento a promessa feita pelo próprio presidente Lula. O senador diz que os recursos para o reajuste haviam sido incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) por meio



Fotos: Roosevelt Pinheiro

OBRIGAÇÃO Tuma: ministro não pode desconhecer compromisso para concessão do aumento

de emenda conjunta de parlamentares.

– As Forças Armadas estão sendo tratadas como funcionários de segunda linha, sem res-

peito à palavra empenhada.

Tuma lembrou que o presidente da República é o comandante-em-chefe das Forças Armadas e que, por isso, não haveria razão para que os militares colocassem em dúvida a palavra do seu chefe maior. Ele frisou que o aumento nada mais é do que o cumprimento da promessa acertada entre os comandantes das três Forças e o presidente Lula.

– Não pode o ministro do Planejamento dizer: “Olha, se combinaram, não falei comigo ou eu me esqueci”. É uma violência contra toda a estrutura democrática do país.



VIGILÂNCIA Com dados na Internet, observa Capiberibe, cidadão pode fiscalizar a aplicação dos recursos

Capiberibe apóia transparência em gasto público

O senador João Capiberibe (PSB-AP) enfatizou ontem a importância da transparência nos gastos públicos e elogiou a atitude dos ministérios da Justiça e da Educação de colocar, à disposição dos cidadãos, diversos dados em suas páginas na Internet.

– Se o dinheiro que sustenta o Estado brasileiro é um recurso público, ele tem que ser gasto de forma transparente.

A Câmara dos Deputados, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o governo do Amapá e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina foram citados pelo parlamentar entre os órgãos que também disponibilizam dados para consulta.

O Ministério da Justiça divulga na rede, desde 4 de abril, seus convênios, contratos, gastos com passagens aéreas, diárias, despesas de manutenção de prédios e material permanente. Há também informações sobre empresas penalizadas por quebra de contrato, que ficam impedidas de participar de licitações.

O Ministério da Educação (MEC) divulga na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os gastos feitos por estados e municípios para capacitar professores e com aquisição de livros didáticos, merenda e transporte escolar.

– Com essas informações, é possível fiscalizar como os recursos são gastos – explicou.

Tolerância

Em resposta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que criticou o Ministério da Justiça por não ter usado a Polícia Federal para impedir que militantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) invadissem a sede do Ministério da Fazenda, Capiberibe disse que esse tipo de ação aconteceu em outros governos, e que a tolerância é a melhor resposta diante desses fatos.

Agenda

Sessão será destinada a discursos

A sessão de hoje, às 9h, é destinada a pronunciamentos dos senadores, sem votação de matérias. Na próxima terça-feira, os parlamentares retomam a discussão das duas medidas provisórias que trancam a pauta de votações da Casa. A primeira (MP 229/04) trata do Bolsa-Atleta e a segunda (MP 230/04) libera recursos para os ministérios.



Renan fala sobre medidas provisórias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concederá entrevista coletiva aos jornalistas hoje, às 11h, no gabinete da Presidência. O senador fala sobre as propostas de mudança nas regras de

tramitação das medidas provisórias (MPs), tema de estudo de uma comissão mista do Congresso. O excesso de MPs tem sido duramente criticado pelos parlamentares, que põem em

dúvida a legalidade de algumas delas. A idéia é assegurar mais tempo para a análise das matérias pelo Senado, a fim de evitar o constante truncamento da pauta de votações.

Anônimas, porém populares

O programa *Prosa e Verso*, da Rádio Senado, destaca obras – cantigas de roda, folclore, poemas e frases célebres – que caem no gosto popular, mesmo que ninguém saiba quem seja o autor. A atração vai ao ar amanhã, às 9h.

Nicolas Krassi na TV Senado

O *Conversa de Músico*, que a TV Senado apresenta hoje, às 21h30, tem como convidado o violinista francês Nicolas Krassi. Seu trabalho mistura samba, choro e forró com influências da música erudita e a liberdade de improvisação que adquiriu no jazz.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ROOSEWELT Pinheiro
ACÇÃO Marco Maciel sugere mudanças nos sistemas eleitoral e partidário

Marco Maciel cobra reforma institucional

Marco Maciel (PFL-PE) disse, durante o seminário "A Reforma do Voto", realizado no auditório do Interlegis, que reformas institucionais são necessárias para que o Brasil tenha presença marcante no cenário internacional.

Ao sugerir mudanças institucionais, Maciel considerou fundamental realizar reformas nos sistemas eleitoral e partidário brasileiro. Para o parlamentar, o método adotado no país leva ao "voto fulanizado", em que é priorizado o candidato, independentemente da proposta apresentada pela agremiação, o que não possibilita a criação de verdadeiros partidos políticos.



ROOSEWELT Pinheiro
TAXAÇÃO Mão Santa comenta elevação da carga tributária pelo governo

Mão Santa: 19 leis aumentam os impostos

O presidente Lula assinou, desde o início do mandato, pelo menos 19 leis com o objetivo de aumentar tributos. A afirmação foi feita pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que leu em Plenário uma lista de medidas provisórias, leis ordinárias, emendas constitucionais e atos declaratórios editados pelo atual governo.

As normas mencionadas pelo senador piauiense tiveram como resultado o aumento, entre outras, das alíquotas da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Cofins, do Simples, do PIS/Pasep, do Imposto de Renda e de diversas taxas.

MPs poderão ser rejeitadas, e não devolvidas, afirma Renan

Renan esclarece que, durante pronunciamento ontem, não falou em devolução de medidas provisórias ao Planalto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, esclareceu ontem que não falou em devolução de medidas provisórias (MPs) ao governo, e sim em rejeição, pelo Plenário, das que não atendam às exigências de urgência e relevância.

– Não é devolver, é não aprovar o pressuposto de constitucionalidade. Hoje, nós vamos ter na pauta uma medida provisória que trata de futebol e de desarmamento. Não dá, não se pode paralisar o Congresso por isso. É preciso ser mais criterioso na edição, e o Congresso



JANE ANJÓJO
RELEVÂNCIA Renan diz que o Congresso precisa ser mais criterioso no exame

também tem que ser muito mais criterioso na aprovação dos critérios de urgência e relevância.

Renan lembrou que até o dia 28 deverá ficar pronto o relatório da comissão que vai propor mudanças na edição e tramitação das MPs. Ele explicou que a intenção é mudar a

Constituição para modificar as regras de edição desse instrumento.

– Se não for possível, o Congresso não vai conviver eternamente com isso. Vamos ter que rejeitar as medidas provisórias quando elas não forem entendidas como relevantes e urgentes. Essas medidas podem continuar tramitando como projetos de lei. Aliás, já fizemos isso no Senado e poderemos fazer de novo.

Para o presidente do Senado, a situação tornou-se insustentável, com o Congresso vivendo hoje uma situação de paralisia quase absoluta. Recordou que, nos últimos meses, as duas Casas do Legislativo têm votado apenas MPs, já que o governo vem editando MPs em profusão. "Nós queremos que se devolva ao Congresso o direito de legislar", enfatizou.

Senador pede acordo para garantir votações

Por falta de acordo entre os líderes partidários, foi adiada a votação em Plenário do projeto de lei de conversão (PLV) da medida provisória (MP) que trata de recursos para entidades desportivas e prorroga o prazo para desarmamento no país. Enquanto a matéria não for apreciada, continua suspenso o exame das demais proposições inscritas na ordem do dia.

Após comunicar o adiamento da votação do PLV 4/05, originado da MP 229/04, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu a construção de acordo que ponha fim à paralisia no processo de votações

da Casa. Renan observou que não é possível devolver as medidas provisórias ao Poder Executivo, mas sim rejeitá-las, caso não atendam aos requisitos de relevância e urgência previstos na Constituição.

O senador José Jorge (PFL-PE) apoiou as considerações de Renan sobre o assunto, criticando, em seguida, a medida provisória que está trancando a pauta. Segundo observou, o texto original já tratava de questões relativas ao esporte e ao desarmamento, sendo ampliado, ao passar pela Câmara, com a previsão de porte de arma para fiscais da Receita Federal. Por dis-

cordar dessa medida, o pefelista reivindicou a devolução da MP.

Moção a Grafite

Antes do encerramento da ordem do dia, foram lidos dois requerimentos, apoiados pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O primeiro solicita sessão especial no dia 2 de maio em homenagem ao Dia Internacional do Trabalho e o segundo, voto de solidariedade e moção de apoio ao jogador do São Paulo Edinaldo Libânio, o Grafite, que teria sido vítima de racismo durante partida contra o Quilmes, quarta-feira à noite, pela Taça Libertadores da América.

Virgílio defende rejeição da medida que trata de futebol e desarmamento

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), voltou a defender a rejeição, pelo Senado, da medida provisória que trata, ao mesmo tempo, de desarmamento e futebol. Essa seria uma forma de apoiar o presidente do Senado, Renan Calheiros, no esforço que vem fazendo para acabar com o excesso de MPs, disse ele.

O parlamentar amazonense lembrou o discurso enérgico proferido por Renan na última quarta-feira, no qual anunciou que o Senado tomará providências para que as medidas provisórias, que têm tramitação preferencial, não provoquem o trancamento da pauta das duas Casas do Congresso.

– Não há nem mesmo a necessidade de a oposição obstruir as votações, porque esse é um gover-

no que se obstrui, quando entulha o Congresso Nacional com MPs – enfatizou Virgílio.

Lula na África

O parlamentar referiu-se a editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* que critica duramente a recente viagem presidencial à África, onde o comportamento festivo do chefe de Estado brasileiro teria suplantado as iniciativas para fechamento de bons negócios para o Brasil com países daquele continente.

Outro problema político do governo comentado por Virgílio foi o dos conflitos com o PMDB, que resultariam dos ataques ao senador licenciado e ministro da Previdência Social, Romero Jucá (RR). O líder do PSDB leu trecho de editorial que trata como fisiológica a atitude do PMDB no episódio da recusa, no



ROOSEWELT Pinheiro
DESPESA Demostenes Torres aponta altos gastos do Executivo com passagens

Demostenes faz críticas às viagens de Lula

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o insucesso nas negociações com parceiros comerciais, como teria ocorrido na Nigéria, durante a visita do presidente da República, desperta a sensação de que o objetivo dessas viagens internacionais "é apenas viajar".

Afirmando que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, não vê nada de errado com "gastos expressivos" do governo em viagens, Demostenes Torres assinalou que a gestão petista fica em situação desconfortável quando são confrontados os investimentos federais em infra-estrutura e a despesa anual de quase R\$ 1 bilhão com passagens aéreas.

– Conforme o economista Raul Velloso, em 2003, o Ministério dos Transportes investiu, da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), uma soma muito parecida com a que "lulanautas" gastaram no balcão das companhias aéreas.

Senado lança obra sobre o Brasil-Colônia

O senador José Sarney (PMDB-AP) assistiu ontem, na biblioteca do Senado, ao lançamento do livro *As obras dos engenheiros militares Galluzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil-Colônia do século XVIII*, editado pelo Conselho Editorial da Casa.

O livro, de autoria de Ricardo Fontana, natural da Itália e radicado no Brasil desde 1997, trata da influência cultural e arquitetônica italiana nas fortificações portuguesas a partir do século 16 e sobre seus reflexos no Brasil do período colonial.

Também evidencia o papel de Galluzi, Sambucetti e Landi na construção da fortaleza de São José de Macapá. A apresentação da obra é do parlamentar.



ROOSEWELT Pinheiro
CRÍTICA Para Arthur Virgílio, governo se obstrui quando entulha Congresso de MPs

âmbito de uma comissão, do nome do engenheiro José Fantine para a diretoria geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Arthur Virgílio criticou ainda a maneira como o governo agiu no caso das chacinas ocorridas na Baixada Fluminense. O senador entregou, para transcrição nos Anais do Senado, dois relatórios com informações sobre a gestão de Marta Suplicy (PT) à frente da prefeitura de São Paulo.

Serys aplaude debate sobre fim do nepotismo

■ Senadora destaca que é hora de acabar de vez com jetons e outros privilégios de parlamentares

A senadora Serys Slhessa-renko (PT-MT) disse ontem que via com alegria a discussão sobre nepotismo ganhar espaço na mídia. Para a senadora, da mesma forma como impediu o aumento dos salários dos deputados, a sociedade brasileira tem oportunidade ímpar agora para extinguir o nepotismo, os jetons e outros privilégios dos parlamentares.

Serys lembrou que, em 12 anos como deputada estadual, tentou aprovar emenda constitucional proibindo a contra-



POLÊMICA Serys afirma que vê com alegria a discussão ganhar espaço nos meios de comunicação

tação de parentes nos poderes públicos e apresentou projetos para acabar com o jetom, com os recessos parlamentares e com o 14º e 15º salários. A senadora afirmou que, embora todos esses projetos tenham

sido rejeitados, sempre se recusou a receber os jetons.

A senadora informou que o pequeno município de Denise, em Mato Grosso, aprovou o fim da contratação de parentes em todos os níveis do poder público. Serys leu em Plenário o artigo "Denise deveria estar na boca do povo", de sua autoria, no qual afirma que a medida serve como exemplo para outros municípios, estados e para os três Poderes em nível federal.

Em seu discurso, ela pediu também a continuação das obras de recuperação e asfaltamento da BR-163 até o Pará. A estrada, já asfaltada no trecho que corta Mato Grosso, encontra-se sem pavimentação no trecho paraense, explicou a senadora.

Governo promove o "nepotismo", acusa Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem a apresentação de requerimentos de informação ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e ao ministro da Defesa, José Alencar, indagando sobre a viagem que Dirceu fez em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), no dia 25 de fevereiro passado, para São Carlos (SP), onde participou de um evento do PT e recebeu homenagem na Câmara dos Vereadores.

– O ministro é uma "figuraça". Disse que foi de avião de carreira e que só voltou no jato da FAB porque tinha assuntos importantes a tratar em Brasília. Ora, se tinha assuntos importantes, não deveria ter

ido – afirmou.

Segundo ele, a utilização de aeronaves e outros equipamentos e de recursos públicos em proveito pessoal ou partidário faz parte da prática de "nepotismo" do governo. O termo criado pelo senador é uma junção de nepotismo, que quer dizer favorecimento a parente ou protegido, com "petismo", referência ao PT.

Sobre o debate em torno das propostas de emenda à Constituição (PECs) em tramitação na Câmara que estabelecem regras contra o nepotismo, Virgílio disse que é preciso vencer a "hipocrisia" e criar normas que impeçam o "nepotismo cruzado", ou seja, a contratação de parentes de um parlamentar

por outro parlamentar ou de parentes de um ministro por outro ministro.

Direção da ANP

Arthur Virgílio também anunciou que seu partido não vai aceitar a votação do nome do engenheiro José Fantine, em Plenário, para a Diretoria Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

– O PSDB não vai aderir a esta tentativa de desmoralizar a comissão técnica da Casa. Lutaremos com toda a nossa força para que o projeto não prospere – disse o senador. A indicação de Fantine foi rejeitada por 12 votos a 11, na última terça-feira, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

os médicos registro profissional na entidade. Pelo menos 62 profissionais, se a decisão judicial não for alterada, serão obrigados a voltar hoje para Cuba.

Eduardo adiantou que o governo do Tocantins, mesmo fazendo convocações públicas, não tem obtido sucesso na contratação de médicos brasileiros para prestar serviços no interior. A situação ficaria ainda mais dramática, segundo o senador, naquelas localidades com menos de 3 mil habitantes, onde é difícil ao profissional a montagem de clínicas particulares.



AJUDA Eduardo explica que profissionais estrangeiros vêm atuando em pequenas cidades

excelentes serviços de saúde à comunidade.

A proibição nasceu de uma ação judicial patrocinada pelo Conselho Regional de Medicina, que argumentou não terem

Eduardo defende permanência de médicos cubanos

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem, em Plenário, estranhar a postura do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, de não recorrer da decisão judicial que proibiu os médicos cubanos de continuarem a trabalhar no estado. Conforme explicou, há oito anos, em virtude de convênio, dezenas de médicos cubanos vêm atuando nos pequenos municípios do estado, onde conseguiam prestar



ÉTICA Heloísa observa que a Casa teria obrigação de encaminhar denúncias ao Conselho de Ética

Heloísa: se voltar ao Senado, Jucá será investigado

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que, caso o atual ministro da Previdência e Assistência Social, Romero Jucá, perca seu cargo devido às denúncias veiculadas pela imprensa, e volte para o Senado, tais denúncias deverão ser apuradas.

– Se o governo identifica que o senador Romero Jucá não se coaduna com um determinado padrão ético e, portanto, não

serve para ser ministro, e ele volta para esta Casa, teremos a obrigação de encaminhar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar todas as denúncias – disse ela, para quem o "padrão ético" do atual governo é discutível, já que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é mantido no cargo, apesar das suspeitas de irregularidades.

Romero Jucá está sendo investigado por, supostamente, ter pedido empréstimos irregulares do Basa (Banco da Amazônia) para a Frangonorte, empresa da qual era acionista. Além disso, sobre ele recaem suspeitas de compra de votos e desvio de verbas, explicou.

A senadora frisou que seu pronunciamento não havia sido motivado por questões pessoais.

– Nessa convivência de seis anos, Romero Jucá nunca foi capaz de um gesto agressivo contra mim. Eu disse a ele que faria esse pronunciamento, e ele respondeu que estava tranquilo, pois tinha certeza de que poderia responder a todas as denúncias – relatou.

Jefferson quer encaminhamento das denúncias

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem apoiar a posição da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), para quem, caso o ministro da Previdência e Assistência Social, Romero Jucá, deixe a pasta e volte a exercer sua função de senador, as denúncias deverão ser encaminhadas ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. Ele elogiou a coragem da senadora de se posicionar em favor do interesse público, mesmo envolvendo pessoas com quem sempre manteve bom relacionamento.

Jefferson comentou que, caso Jucá tivesse sido indicado ministro pelo governo Fer-



POSIÇÃO Jefferson elogia coragem da senadora de se posicionar a favor do interesse público

nando Henrique Cardoso, os senadores petistas fariam "fila na tribuna" para criticar o presidente. E agora, acrescentou, nomeiam um ministro respondendo a processo criminal.

– O governo e o presidente Lula perderam seus limites éticos e não deveriam ter aceito do PMDB alguém que é réu em processo – ressaltou.

Renan apóia CPMI da imigração ilegal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai convocar, "o mais rapidamente possível", reunião do Congresso Nacional para a leitura do requerimento de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar a imigração ilegal de brasileiros e o tráfico de seres humanos. Renan acabara de receber o senador Hélio Costa (PMDB-MG) e o deputado João Magno, defensores da iniciativa.

– Vamos dar todo o apoio que essa comissão precisar. O Brasil hoje

não é mais um país de imigrantes, é um país de emigrantes. Precisamos proteger melhor os brasileiros que vivem no exterior e combater essa coisa absurda que é o tráfico de seres humanos – afirmou Renan, que revelou ter telefonado para o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para acertar a convocação do Congresso.

Renan lembrou que já conhece bem essa situação, pois, quando foi ministro da Justiça, tratou da repatriação de brasileiras que estavam irregularmente em Israel.



TEMOR Edison Lobão adverte que empresas brasileiras podem ser fechadas

Situação de empresa aérea preocupa

Ao divulgar carta aberta ao presidente Lula de setores da aviação civil, o senador Edison Lobão (PFL-MA) se disse preocupado com a situação dessas empresas.

A carta, assinada pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeronáuticas e pela Associação Brasileira de Aviação Geral, entre outras entidades, denuncia o peso da política de reajustes de preços de combustíveis para as aeronaves civis. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), de janeiro de 1999 a fevereiro de 2005, o querosene de aviação foi majorado em 896,9%, enquanto derivados como gasolina automotiva subiram 267%, o diesel, 426,8% e o gás de cozinha, 442%. Lobão acrescentou que o querosene representa de 25% a 30% dos gastos totais das companhias aéreas brasileiras.

– A continuidade dessa política poderá resultar no fechamento de empresas brasileiras – alertou Lobão.

Debate sobre aposentadoria

O senador Paulo Paim (PT-RS) discutiu ontem, em videoaudiência, a situação dos aposentados e pensionistas brasileiros. Participaram também do debate os presidentes da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfp), Marcelo Oliveira; da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Lima; e do Movimento de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), Edison Guilherme Haubert.

O evento foi realizado no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (Interlegis) e transmitido às 26 assembleias legislativas do país.



INTERESSE Senadores da Comissão de Assuntos Sociais decidem ampliar temas para debate com o ministro Humberto Costa

Ministro da Saúde deve explicar normas para UTI

Audiência pública com Humberto Costa está prevista para terça-feira na Comissão de Assuntos Sociais

Diante da grande repercussão pública sobre novas regras para ingresso e permanência de pacientes em unidades de tratamento intensivo (UTIs), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para a inclusão desse item no requerimento de convocação do ministro da Saúde, Humberto Costa, para depor na comissão. A audiência pública está marcada para a próxima terça-feira (19), às 11h.

Ao defender a aprovação de seu requerimento, Azeredo contestou a informação de que o ministro havia desmentido a intenção de baixar normas sobre internação e

permanência de doentes em UTIs. “Ele não desmentiu, mas apenas suspendeu a decisão”, ressaltou o senador.

A vice-líder do governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), confirmou a intenção do governo de baixar normas a esse respeito, mas negou que a decisão de escolher esse ou aquele doente para ser internado em UTI fosse ser retirada das mãos dos médicos.

– Será sempre o médico a decidir sobre a internação, como acontece hoje. As normas apenas servirão para resguardar a responsabilidade do médico – garantiu.

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), ele mesmo um cirurgião, não se pode esquecer da grande deficiência de leitos para internação em UTI que existe no país. Mesmo assim, em sua opinião, deve caber aos médicos intensivistas (especialistas em UTIs) a decisão de internar um doente, como sempre foi feito até hoje.

Azeredo alerta sobre pandemia

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) expressou preocupação com um suposto despreparo do Ministério da Saúde para lidar com as ameaças de gripes mundiais noticiadas nos últimos dias. Ele citou os riscos de gripes causadas pelo vírus H5N1 (gripe do frango), que já atinge países asiáticos; pelo vírus Marburg, que contamina populações africanas; e pelo vírus H2N2, que teve mostras enviadas também ao Brasil, conforme alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Destacando que a população não deve entrar em pânico, Azeredo disse que o governo tem obrigação de tomar iniciativas que reduzam os efeitos de prováveis pandemias causadas pelos vírus H5N1 e Marburg.

José Jorge: leilão de energia deixa dúvidas e risco de crise

O senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia, afirmou que o leilão de energia elétrica, no início deste mês, deixou várias interrogações, e os especialistas já começam a sinalizar que o Brasil pode enfrentar novas crises de eletricidade nos próximos anos. Além disso, frisou, existem indícios de que as tarifas de energia deverão continuar tendo reajustes acima da inflação.

O leilão do dia 2, quando as distribuidoras comprariam eletricidade das hidrelétricas para 2008 e 2009, foi considerado pelo mercado “desastroso”, disse José Jorge. O preço do megawatt/hora de energia, que começou em R\$ 104, foi caindo a tal ponto que o leilão foi suspenso quando bateu em R\$ 63,13. O resultado, informou, provocou imediatamente queda nos preços das ações da Eletrobrás, da Cesp e da Light.

Não bastasse esse episódio, lem-



CONSEQÜÊNCIA Para José Jorge, mercado considerou leilão “desastroso”

brou ele, na reunião do Conselho Nacional de Política Energética, na quarta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, desautorizou abertamente as ministras de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente, Marina Silva, que se manifestaram contra a construção da usina nuclear de Angra 3.

José Jorge ainda criticou a decisão de criar grupo de trabalho para classificar os “apagões” no país.

Francisco Pereira anuncia obras no porto de Vitória

Francisco Pereira (PL-ES) informou que já começaram as obras de dragagem do porto de Vitória (ES), o que vai permitir a recepção de navios de maior calado dentro de seis meses. Ele disse que a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) desenvolve mais de dez projetos de melhoria do porto, ao custo de R\$ 31 milhões, que transformarão o Espírito Santo em “um dos principais parques portuários do país”.

Entre as obras planejadas está a retirada de rochas do fundo da bacia de evolução dos navios. Francisco Pereira considerou ainda de grande importância a federalização do trecho que liga o porto de Vitória à BR-262, prevista em projeto que tramita na Câmara. O senador diz que as exportações e importações através do Espírito Santo aumentarão ainda mais se for construído o porto da Barra do Riacho.

Aprovado exame para corretores

Com 12 votos favoráveis e nenhum contrário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que institui exame de proficiência a ser exigido de corretores de imóveis como requisito adicional para sua inscrição nos conselhos regionais de corretores de imóveis.

Ao defender seu projeto (PLS 81/04), o senador José Maranhão (PMDB-PB) disse que a iniciativa surgiu de solicitações dos profissionais de corretagem credenciados, preocupados com as deficiências do setor. Eles argumentaram, segundo o senador, que a corretagem de imóveis tornou-se uma profissão importante para a segurança da transferência de imóveis.

A CAS aprovou, ainda, projeto do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) acrescentando um inciso ao Estatuto do Idoso, que visa dar prioridade aos maiores de 60 anos no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

Ao defender o projeto (PLS 26/04), Sérgio Cabral argumentou ser a prioridade tão justa que a própria Receita Federal decidiu adotar a norma, ao tomar conhecimento do projeto. Ele disse, no entanto, que um direito garantido por lei é mais duradouro do que o de uma simples norma.

Os dois projetos foram aprovados na CAS em decisão terminativa, regime que dispensa votação em Plenário, caso não haja recurso de um décimo dos senadores (9) no prazo máximo de cinco dias úteis.

Vinhos

O projeto que regulamenta a profissão de enólogo (especialista em vinhos) foi acolhido pela CAS. A proposta (PLS 226/04), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), permite o exercício da profissão a quem tiver diploma de nível superior de enólogo ou aos portadores de diploma de técnico em Enologia.

Também foi aprovado parecer de Ney Suassuna (PMDB-PB) pela rejeição do PLS 194/02, do ex-senador Bernardo Cabral, que estendia aos portadores de necessidades especiais passe-livre nos transportes aéreos, nos moldes de lei já existente para transporte coletivo interestadual. Suassuna explicou que o benefício estaria sendo concedido com recursos das empresas aéreas, que já se encontram em dificuldades.

Senadores apóiam ação de Grafite contra racismo

Jogador do São Paulo recebe voto de solidariedade da Subcomissão de Igualdade Racial

Em sua primeira reunião, a recém-criada Subcomissão Permanente de Igualdade Racial e Inclusão decidiu ontem encaminhar ao Plenário voto de solidariedade e moção de apoio ao jogador do São Paulo Edinaldo Libânio, o Grafite.

A iniciativa partiu do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), segundo o qual o atleta teria sido ofendido com expressões racistas pelo jogador argentino Leandro Desábato, durante a vitória do

time paulista por 3 x 1 sobre o Quilmes, em partida de futebol realizada na última quarta-feira, em São Paulo, pela Taça Libertadores da América.

– No momento em que vemos uma onda crescente de atos de racismo no mundo todo e com a agravante de ocorrerem no meio esportivo, onde se tem o mais alto sentimento de realização patriótica e pessoal, não podemos deixar de enaltecer a atitude do atleta Grafite, que corajosamente se pôs contra a discriminação e a injúria do racismo – alegou o senador Paim no requerimento apresentado à subcomissão. O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O jogador argentino foi preso em flagrante por um delegado de polícia que estava de plantão no estádio do Morumbi. O senador ressaltou que a detenção de Leandro Desábato foi amparada pela Lei 7.716/89, de autoria do então deputado Paulo Paim. A lei define os crimes resultantes de preconceito de raça e institui pena de um a três anos de detenção para esse tipo de infração. Segundo Paim, a lei também classifica as expressões injuriosas ligadas ao racismo como crime imprescritível e inafiançável.

A questão racial será o tema de audiência pública da subcomissão, às 10h do dia 13 de maio, conforme requerimento de autoria de Paulo Paim, aprovado ontem.



AÇÃO Maria do Rosário, Patrícia Saboya e Thelma de Oliveira vão dirigir trabalhos da comissão que acompanhará desdobramentos da CPI

Patrícia continua luta contra exploração sexual

A comissão mista temporária criada para acompanhar os desdobramentos das denúncias de exploração sexual, apontadas no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, elegeu ontem, por unanimidade, para presidente, vice-presidente e relatora as mesmas parlamentares que ocupavam os respectivos cargos na CPI. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) foi eleita presidente e as deputadas Thelma de Oliveira (PSDB-MT) e Maria do Rosário (PT-RS), vice-presidente e relatora.

A CPI da Exploração Sexual, que concluiu seus trabalhos em julho de 2004, investigou por mais de um ano as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país e recomendou o indiciamento de cerca de 250 suspeitos. O relatório final, de 700 páginas, resultou da análise de mais de 850 denúncias, diligências e audiências públicas em 22 estados brasileiros e indicou uma série de propostas legislativas de alteração de dezenas de dispositivos do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A primeira reunião de trabalho está marcada para o dia 26, em horário ainda a ser definido, para traçar plano de atividades até 15 de dezembro deste ano, data-limite para funcionamento da comissão. Segundo Patrícia Saboya, os parlamen-

tares darão continuidade aos trabalhos da CPI, cobrando das autoridades e instituições públicas as conclusões do relatório.

– A sociedade quer que o Congresso Nacional apure com mais profundidade a exploração sexual de crianças e adolescentes. Já aprovamos alguns projetos no Senado, mas temos que aprofundar as questões em torno do turismo sexual e outros crimes, cobrando também do Ministério Público o indiciamento das pessoas apontadas no relatório e outras providências para enfrentar esse drama tão cruel que maltrata as nossas crianças – explicou a senadora.

Projetos

Patrícia Saboya fez ainda um apelo para que os deputados aprovem o mais rápido possível os três projetos que constavam do relatório da CPI da Exploração Sexual, já aprovados no Senado em março deste ano. Os PLSs 253, 254 e 255, todos de 2004, alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para reprimir o abuso contra meninos e meninas.

A relatora da comissão, deputada Maria do Rosário, lembrou que o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, prometeu votar com urgência os projetos do Senado.

Já Thelma de Oliveira afirmou que continua recebendo denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes.



LUTA Entre os senadores Reginaldo Duarte e Romeu Tuma, Paulo Paim preside a primeira reunião da subcomissão

“Um exemplo de coragem a ser seguido”

“A atitude corajosa de denunciar o caso à polícia faz de Grafite um exemplo a ser seguido”, enfatizou Paulo Paim, em discurso no Plenário. “Aqui no Brasil, considerando a miscigenação, quando um estádio inteiro de futebol procura ofender um jogador usando o termo negro ou preto, essas pessoas são tão imbecis que estão ofendendo os próprios antepassados. O cara que tem a pele um pouquinho mais clara se dá o direito, de forma pejorativa, de

condenar alguém porque tem a pele mais escura”, afirmou.

Paim disse esperar que o Estatuto da Igualdade Racial seja finalmente aprovado pelo Congresso e alertou para o crescimento das atitudes racistas.

– A luta contra o racismo não tem fronteiras. É de todos. Se for necessário, que se mudem as regras do próprio esporte. Afinal, não queremos ver um dia desses a nossa princesa Daiane sendo discriminada perante o mundo.

Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que Grafite teve personalidade, caráter e moral para denunciar a agressão sofrida.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), se o Brasil não entender a importância do combate ao racismo, jamais será nação efetivamente democrática.

João Capiberibe (PSB-AP) citou afirmação de escritor angolano de que as elites brasileiras têm vergonha das suas origens africanas e, por isso, preferem a literatura americana.

Saturnino defende investigação federal na Polícia Militar do Rio

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a realização de investigação profunda na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Por entender que o governo estadual e suas autoridades ligadas à área de segurança não dispõem mais de autoridade para essa investigação, ele sugeriu que o trabalho seja feito pela Polícia Federal. A

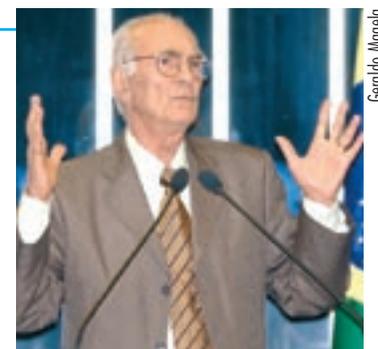
intervenção do governo federal na saúde do município do Rio de Janeiro foi citada como exemplo.

– A autoridade municipal já tinha perdido as condições de ordenar o setor de saúde do Rio de Janeiro. Com a intervenção, o governo federal constituiu nova ordenação no setor de atendimento à população, que

está muito satisfeita com os bons resultados alcançados. O mesmo é preciso que ocorra na área da segurança do estado, só é necessário se encontrar uma fórmula jurídica.

A sugestão de Saturnino foi uma reação à chacina ocorrida na Baixada Fluminense na madrugada de 1º de abril, que deixou 30 mortos. Ele

classificou o episódio como “uma tragédia produzida pela estupidez humana em seu grau mais elevado”. Disse que não abordou o assunto na semana passada para não correr o risco de ampliar ainda mais o clima de tensão. Segundo ele, a repetição de tragédias e chacinas e a escalada da criminalidade não podem se banalizar.



DESABAFO Saturnino vê “tragédia produzida pela estupidez humana em seu grau mais elevado”

Osmar critica queda de repasses

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que os municípios brasileiros não estão sendo contemplados com o aumento da arrecadação que vem sendo comemorado pelo governo federal. Atualmente, conforme o senador, a participação dos municípios na arrecadação da União é de 14,7%, enquanto em 1995 era de 19%.

Osmar Dias ressaltou que o quadro se agrava à medida que, além de contar com menos recursos, os municípios têm recebido novas e dispendiosas atribuições.

– Vamos verificar que os municípios brasileiros foram recebendo a cada dia mais tarefas, sem a correspondente receita, que não é repassada exatamente pela concentração de receitas na mão do governo federal – afirmou.

Esse desequilíbrio entre o crescimento das obrigações e a menor disponibilidade de recursos, disse Osmar Dias, tem retirado dos municípios as condições para que atendam às competências constitucionais em educação, saúde e segurança. Quando os prefeitos solicitam aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios, observou, estão pretendendo compensar as perdas que estão ocorrendo.

Funcionalismo

O parlamentar criticou o inchamento do quadro de servidores municipais, que, segundo informou, cresceu 18,2% em três anos. Para driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinalou, muitos municípios estão recorrendo às contratações por meio de serviços terceirizados e de cargos de confiança, que não são alcançados por esse instrumento legal. Essas duas modalidades de contrato tiveram um crescimento de 69,37%, entre os anos de 1999 e 2002, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



DIAGNÓSTICO Parlamentares discutem, em Porto Velho, situação de Rondônia, um dos estados com maior número de conflitos de terra

CPI da Terra visita área em conflito e toma depoimentos

Na Assembléia Legislativa de Porto Velho, a comissão ouviu representantes do Incra, dos trabalhadores, dos fazendeiros e da CPT

Os integrantes da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a questão fundiária no país, CPI da Terra, visitaram ontem uma área em litígio em Rondônia – fazenda Urupá, a 50 quilômetros de Porto Velho (RO), com cerca de 130 mil hectares – e tomaram vários depoimentos, em reunião na Assembléia Legislativa.

Foram ouvidos Olavo Nienow, superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Refor-

ma Agrária (Incra); Claudinei dos Santos, da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado; Adelino Ramos, coordenador do Movimento Camponês de Corumbiara (MCC); o presidente da Associação dos Proprietários Rurais de Rondônia (Aprro), Sebastião Conti; além do assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ernandes Segismundo.

Claudinei dos Santos denunciou a existência de trabalho escravo na região. Já o representante dos fazendeiros responsabilizou os movimentos sociais pela violência.

Questionado pelo presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), sobre a atuação do governo, o superintendente do Incra disse

que, devido ao sucateamento do órgão, 37% das terras de Rondônia não estão cadastradas. Para o coordenador do MCC, há envolvimento de funcionários do Incra na falsificação de declarações de posse.

O assessor da CPT apontou Antônio Martins dos Santos, conhecido como Galo Velho, como o maior grileiro de Rondônia, dono de 1 milhão de hectares. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) e o deputado Anselmo de Jesus (PT-RO) propuseram que Galo Velho seja convocado pela CPI e tenha os sigilos fiscal e tributário quebrados. Os requerimentos serão votados na próxima semana. Valdir Raupp (PMDB-RO), ressaltou que Rondônia, Pará e Pernambuco reúnem o maior número de conflitos agrários do país.

ACM: invasão de ministério mostra falta de autoridade



“Enquanto o presidente Lula dança na África, o MST dança no Ministério da Fazenda”, comparou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao considerar a invasão do ministério, por membros do Movimento de Libertação dos Sem Terra, uma demonstração de falta de autoridade do governo. O

presidente está em viagem oficial à África.

Na avaliação de ACM, quando não há mais polícia para defender os prédios públicos, também não há para proteger os cidadãos. O senador disse ainda que a falta de ação das Forças Armadas é uma reação aos baixos salários, dos quais os militares estão reclamando.

Manifestantes deixam o prédio, informa Delcídio



O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Delcídio Amaral (MS), comunicou ontem ao Plenário o início da desocupação do prédio do Ministério da Fazenda pelos integrantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra. A decisão foi tomada, segundo informou, após reunião de líderes do movimento com representantes da Casa Civil, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

– O governo agiu com equilíbrio e serenidade, mas também com autoridade, nessa questão – ressaltou o líder do PT.

Vereadores eleitos pedem apoio a Renan

Um grupo de vereadores eleitos (mas não empossados), de diversas cidades brasileiras, esteve ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles querem agilizar a tramitação de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que corre no Supremo Tribunal Federal (STF), contra ato do Tribunal Superior Eleitoral, que reduziu o número de vereadores.

Segundo o suplente de vereador de Formosa (GO), Natanael Caetano do Nascimento, Renan prometeu enviar ao STF documento em apoio ao pedido de celeridade, e conversar com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Os vereadores querem o retorno do número de vagas vigente nas leis orgânicas dos municípios.



MUDANÇA Maguito defende anulação de medida que reduz número de vereadores

Maguito quer posse dos candidatos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou solidariedade a 8.900 pessoas que não puderam tomar posse após as eleições do ano passado devido a uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que reduziu o número de vereadores no país. Ele informou que cerca de 2 mil são mulheres.

Maguito espera que o Supremo Tribunal Federal reveja a decisão do TSE ao julgar uma ação de inconstitucionalidade impetrada por candidatos que não puderam tomar posse. O senador destacou que a decisão do TSE “foi danosa” ao país, pois as verbas que seriam destinadas ao pagamento dos vereadores foram usadas para contratar mais funcionários.

– No final, o país sai perdendo, porque a população perde representatividade, mas o gasto com as câmaras municipais continua o mesmo – observou.

Senadores votam indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação de três diplomatas ao cargo de embaixador no Haiti, na República das Maldivas e na República dos Camarões. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que substituiu o relator, senador José Agripino (PFL-RN), na análise do nome de Paulo Cordeiro de Andrade Pinto

ao cargo de embaixador brasileiro no Haiti, ressaltou sua qualificação profissional.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou preocupação com as tropas brasileiras no Haiti. Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o general Augusto Heleno Pereira Ribeiro lhe garantiu que as tropas brasileiras mantêm o apoio da população.

Na reunião presidida por Edu-

ardo Azeredo (PSDB-MG), a CRE também acolheu a designação do embaixador do Brasil na Índia, José Vicente Pimentel, para acumular o cargo junto à República das Maldivas. O relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), elogiou o diplomata. Ainda foi aprovada a indicação de Roberto Pessoa da Costa, para embaixador do Brasil junto à República dos Camarões.



DENÚNCIA Município tem mais atribuições e menos recursos, afirma Osmar Dias



EFEITO Hélio Costa afirma que precariedade das estradas prejudica Triângulo Mineiro

Costa pede recuperação de rodovias

A precariedade das estradas do Triângulo Mineiro foi abordada ontem pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), ao advertir que as rodovias estão intransitáveis e cobrar providências por parte do governo.

– O dinheiro da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) precisa ser efetivamente usado com a recuperação das estradas. Apelo ao ministro Antonio Palocci para que libere esses recursos, pois, se não resolvermos os problemas das estradas brasileiras, a economia vai parar, e o ministro será responsabilizado.

Para enfatizar a importância do Triângulo Mineiro, Hélio Costa ressaltou que a região recolhe R\$ 2 bilhões por ano em impostos, é responsável pelo abate de 4 milhões de aves/mês e processa a maior quantidade de soja no país. Segundo Hélio Costa, se não contasse com o Triângulo, o estado de Minas Gerais não teria a segunda maior produção econômica do Brasil, mas sim a oitava.

Hélio Costa informou ter solicitado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma audiência com os representantes dos produtores da região, para que eles expliquem as dificuldades causadas pela precariedade das rodovias.

Homenagem a Janot de Matos

Marcelo Crivella (PL-RJ) homenageou o almirante-de-esquadra Euclides Duncan Janot de Matos, que assumiu a chefia do Estado-Maior da Armada (EMA), um dos cargos mais importantes da Marinha brasileira. O almirante, disse, recebeu a Medalha Tiradentes, principal comenda do estado do Rio.

Valadares alerta para aumento de favelados em todo o mundo

■ Redução do problema passa pela revisão das regras para pagamento da dívida dos países em desenvolvimento, diz ele

O número de favelados no mundo pode triplicar em 45 anos, chegando à casa de 3 bilhões, caso não haja significativo aumento de investimentos públicos no setor de moradia. O alerta foi feito pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que participou do 20º Conselho Governamental do Habitat, programa das Nações Unidas (ONU) para a habitação. O evento realizou-se de 4 a 8 deste mês, em Nairobi, no Quênia.

No encontro, disse, foram expostos dados preocupantes sobre o agravamento da situação habitacional no planeta. A migração de áreas rurais para a periferia dos centros urbanos foi apontada como principal fator de exacerbação do crescimento populacional nessas áreas, que acabam se transformando em aglomerados humanos, sem as mínimas condições de infraestrutura, afirmou.

Valadares, que representou o Senado no evento, destacou núme-



ros sobre a situação habitacional do Brasil. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34,2% dos municípios não têm acesso à água potável, 17 milhões de pessoas vivem em domicílios superlotados e 35 milhões, em residências sem tratamento de esgoto, assinalou.

Ele destacou que, para melhorar esse quadro, o governo vai investir, em 2005, 60% dos recursos destinados à habitação em subsídios para famílias que ganham até cinco salários mínimos, que representam 92% do déficit habitacional.

Valadares frisou que a redução dos problemas habitacionais nos países em desenvolvimento se relaciona às regras para pagamento das dívidas externas desses países.

Um documento assinado em



Foto: Roosevelt Pinheiro

DEBATE Valadares relata sua participação em encontro mundial sobre moradia

conjunto por Brasil, Argentina, Uruguai, África do Sul, Canadá e Quênia sustenta que as regras de financiamento da dívida são incompatíveis com o cumprimento das metas do milênio, especialmente na ampliação do saneamento e na melhoria das condições de vida em assentamentos e favelas, relatou.

Aelton quer apoio para população na área da BR-163

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a conclusão da BR-163, mas disse temer que a finalização da rodovia venha a agravar as tensões sociais da região Norte, principalmente no interior do Pará. Para ele, não basta asfaltar a rodovia, pois é necessário dar à população de seu entorno acesso à saúde, educação, justiça.

– O Estado deve assumir a sua ausência em relação a essas pessoas e deixar claro que, independentemente de haver ou não

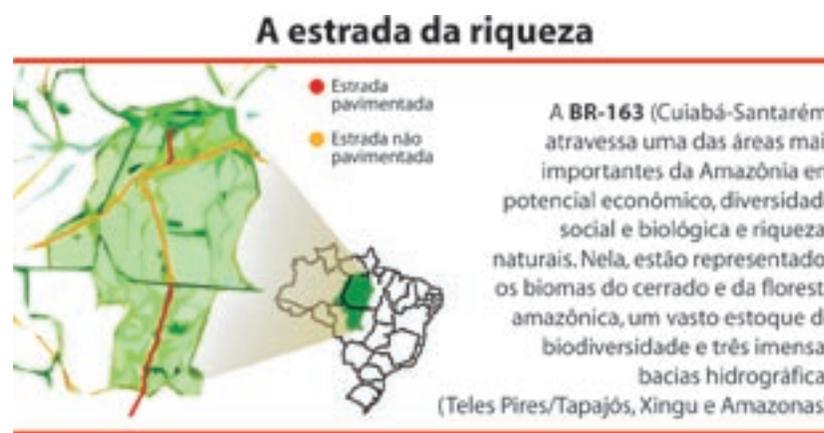
asfaltamento, proverá a elas seus direitos básicos até agora negados. Garantindo isso, a pavimentação só trará efeitos positivos – afirmou.

Aelton destacou a importância econômica do asfaltamento da estrada, ressaltando que o Brasil tem dificuldades para escoar a produção de grãos de Mato Grosso.

– Hoje, a soja sai de Mato Grosso, roda alguns milhares de quilômetros para o Sul, embarca nos portos de Santos ou Paranaguá, navega os mesmos quilômetros para o

Norte e volta para a mesma linha de latitude.

O parlamentar também pediu atenção do governo para pesquisa conjunta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), intitulada “Integração de conceitos e desenvolvimento de sistema de análise e formatação de projetos de concessão de rodovias e obras em infraestrutura de transportes”.



TEMOR Aelton Freitas adverte que rodovia pode agravar questão social



RISCO César Borges adverte que construção do metrô de Salvador pode ser paralisada

Borges critica corte em verba para metrô

O governo Lula corta investimentos em infraestrutura, afetando todo o país, mas garante recursos para financiar o empreguismo de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. A afirmação foi feita, em Plenário, pelo senador César Borges (PFL-BA), ao reclamar do “contingenciamento drástico” de recursos para as obras do metrô de Salvador, que pode levar à completa paralisação do projeto este ano.

Recorrendo a dados fornecidos à imprensa por Larte Meliga, subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério das Cidades, o senador informou que, de uma dotação prevista de R\$ 79 milhões, o metrô de Salvador vai receber apenas R\$ 10 milhões, o que daria, no máximo, para a manutenção das obras já realizadas. Os consórcios responsáveis pela obra já pensam em se desmobilizar, acrescentou.

Segundo César Borges, foram prejudicados ainda pelos cortes os metrôs de Fortaleza e Recife, mas não faltou dinheiro para o metrô de Belo Horizonte, cidade administrada pelo PT. “Diria que os recursos estão sendo criminosamente direcionados para os apadrinhados.”

O senador assinalou que as autoridades de Salvador não vão aceitar a discriminação do governo federal, principalmente quando representantes do Ministério das Cidades afirmam que o contingenciamento da pasta foi pequeno, de apenas 5%. Ele disse esperar que os líderes do PT baiano, conforme promessas na última campanha, usem o seu prestígio para que o metrô da capital do estado não seja paralisado.

César Borges foi apartado por Romeu Tuma (PFL-SP), Demostenes Torres (PFL-GO) e José Jorge (PFL-PE).